

## FORMAÇÃO DOCENTE PARA LIDAR COM ALUNOS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA

Liliana Ferreira <sup>1</sup>  
Vinicius Da Silva <sup>2</sup>  
Maira Folleto Jost <sup>3</sup>  
Scheila Simone Secretti <sup>4</sup>  
Catiani Renata Salvati <sup>5</sup>

### RESUMO

O presente estudo visa lançar um olhar sobre a formação dos docentes para interagir em sala de aula com alunos especiais, buscando analisar o quanto esta falta de formação trará resultados negativos na interação entre docente e discente, bem como a forma de avaliação proposto para o mesmo. Ademais algumas escolas contam com educador para necessidades especiais, mas e as outra, inclusive nos cursos universitários já contam com cadeiras que versa sobre o tema, de forma muito tímida. Essa reflexão, vai abordar sobre o prisma das escolas que não contam com professores para alunos especiais, suas dificuldades, e angustias do ponto de vista do docente. O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica com método dedutivo- analítico.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Formação Continuada, Escola Pública, Necessidades Especiais.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS-RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho-RS), [liliferreirabilhan@gmail.com](mailto:liliferreirabilhan@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul- UFRGS- RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho- RS), [viniciusdsp@hotmail.com](mailto:viniciusdsp@hotmail.com) ;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS-RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho -RS), [mairajost@gmail.com](mailto:mairajost@gmail.com) ;

<sup>4</sup> Especialista em Metodologia do Ensino da Arte e Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão e Orientação Escolar. Coordenadora de Polo da UAB - Universidade Aberta do Brasil. Polo Regional de Educação de Sobradinho- RS. [scheilasecretti@yahoo.com](mailto:scheilasecretti@yahoo.com) ;

<sup>5</sup> Mestre Tutora Curso de Ciências Sociais Da Universidade do Rio Grande Do Sul- UFRGS-RS (Polo Regional de Educação de Sobradinho- RS) [catianirs@gmail.com](mailto:catianirs@gmail.com).

## **INTRODUÇÃO**

Vislumbrando a prática pedagógica adotada nas escolas públicas, atualmente percebe-se que a formação de professores que atuam nas séries iniciais, é insuficiente em termos de conhecimentos e habilidades para trabalhar com alunos que portam necessidades especiais no desempenho da ação docente.

Dessa forma, educadores das escolas públicas encontram-se desprovidos da prática de ensino para educandos que possuem necessidades especiais. Vindo á resultar, futuramente, em sérios problemas de aprendizagem.

Assim leciona VOLTRONE, 2007, p. 01; que a “escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar”. Sendo que, “ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum”.

Assim, no presente estudo busca-se analisar o quanto esta falta de formação trará resultados negativos na interação entre docente e discente, bem como a forma de avaliação proposto para o mesmo.

Nesse sentido, algumas escolas contam com educador para necessidades especiais, mas e as outra, inclusive nos cursos universitários já contam com cadeiras que versa sobre o tema, de forma muito tímida.

Essa reflexão, vai abordar sobre o prisma das escolas que não contam com professores para alunos especiais, suas dificuldades, e angustias do ponto de vista do docente. O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica com método dedutivo- analítico.

### **Evolução da educação especial no Brasil**

Observando o lento e gradual cominho evolutivo da educação especial no Brasil, “em 1954, Beatrice Bemis, mãe de uma criança portadora da Síndrome de Down, junto com outros

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

pais, professores e médicos, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que se constitui, hoje, no maior movimento social de caráter filantrópico do país”. Que tem por objetivo “prestação de serviços, qualidade de vida, promoção e inclusão da pessoa portadora de deficiência. A partir de 1955, com o apoio da Sociedade Pestalozzi do Brasil, começa a funcionar a primeira escola para crianças especiais”. SILVA, 2014, p. 06.

Nesse sentido leciona Silva, 2014, p. 06;

no ano de 1961, constituiu-se um marco importante na história da Educação Especial no Brasil, quando foi contemplada pela primeira vez na Legislação Educacional. A partir de 1971, a Secretaria de Estado da Educação foi reestruturada, em consequência da lei nº 5.692/71, quando então passa a existir o Departamento de Educação Especial, com a função de normalizar, coordenar, promover e difundir o ensino especializado, dando prioridade às questões administrativas e pedagógicas, voltadas a atividades como a prevenção, identificação, triagem, avaliação e atendimento educacional. Em 1981, a Organização das Nações Unidas – ONU instituiu o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, levantando a bandeira da igualdade de oportunidades para todos. Foram formuladas ações que provocaram mudanças, sobretudo, a que se traduz na ruptura com a atitude de benevolência e na adoção de uma posição política, centrada na garantia do direito e acesso à cidadania dos sujeitos com necessidades especiais.

Assim na Constituição Brasileira, em seu artigo 205, versa “que todos têm o direito à educação” e, no artigo 208, inciso III, “que o atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência se fará preferencialmente na rede regular de ensino”. Nesse norte, “as ações não discriminadoras vêm sendo, desde então, a mola propulsora que orienta a educação especial no país”. Desse modo, “a individualização, a normalização e a integração são princípios que fundamentam essa modalidade de ensino”. Estando inseridos tais “princípios” com “respaldo filosófico nos seguintes documentos: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Declaração de Salamanca (1994)”. SILVA, 2014, 05-06.

Dessa forma “o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino. E na Política Nacional de Educação Especial”, NASCIMENTO, 2009, p. 04.

Sendo que o;

MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade, quando do financiamento, a projetos institucionais que desenvolvam ações de integração. Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( Lei nº 9394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”. NASCIMENTO, 2009, p. 04.

Nesse sentido “em 1996, foi promulgada a LDB nº 9.394/96, que dedica um capítulo inteiro à educação especial, enfatizando a importância da inserção de alunos especiais em escolas regulares”. Sendo que a “expressão necessidades especiais foi legalizada no Art. 58, Cap. V, referente ao alunado da educação especial”. SILVA, 2014, p. 07.

Observando “que a nova LDB veio à luz no auge de todo um movimento em prol de uma escola inclusiva – uma escola de qualidade para todos”. Uma vez que, “a expressão tornou-se mais abrangente, aplicando-se não só aos alunos com deficiências, como a todos aqueles “excluídos” por diversas razões”. Considerando a “educação especial é definida como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino e beneficia a todos os educandos”. SILVA, 2014, p. 07.

Dessa maneira, “estes alunos começam a ter uma participação mais efetiva no ambiente escolar e na sociedade, deixando de ser atendidos somente em instituições exclusivas e buscando alternativas de aprendizagem no ensino regular”. Observando que, “as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual política nacional de educação especial aponta uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola”. SILVA, 2014, p.07.

Os paradigmas, nos dias de hoje são de, conceber e compreender as dificuldades presentes de cada aluno, mesmo que isso acabe não deixando totalmente “perfeito” o momento em ambiente de aula. Muitas vezes o trabalho pedagógico do professor não está de acordo a tal desafio.

”É defendido no discurso atual que as escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.”(VELTRONE, 2007, p.2)

Dessa forma menciona Veltrone em uma pesquisa realizada com educadores de alunos especiais; “Oito professores excluíram os alunos com necessidades educacionais especiais das atividades de escolarização.”, segundo ele, a desculpa dada dos profissionais era “não conseguiriam fazer a prova e por isso nem adiantava dar”. (VELTRONE, 2007, p.2)

Abordada essa ideia, fica difícil compreender se a carga de tudo é do educador que, apesar de ter estudado muito durante sua formação, não se obteve de uma “noção” do que era trabalhar com inclusão. Terá uma experiência com um aluno especial. Ou então, saberá o que isso significa, no momento em que encontrar-se em uma sala de aula, com uma porcentagem muito grande de alunos especiais, pois, segundo Odete Aparecida da Silva menciona “A presença dos alunos com necessidades especiais causa estranheza à comunidade escolar, que resiste em reconhecê-los como seus alunos e desenvolver sua formação”, pelo fato de, muitas vezes, sequer terem abordado essa questão durante sua graduação.

A metodologia de inclusão está ligado ao processo educacional que busca entender a magnitude de cada dificuldade, desde um aluno com deficiência auditiva, até um aluno com nível máximo de autismo, ou diferentes dificuldades que podem ser encontradas.

Segundo Pires(2008);

O processo inclusivo ainda não vem acontecendo na maioria de nossas escolas porque os educadores ainda não se acostumaram a trabalhar de forma cooperativa e solidária, não descobriram o valor e a riqueza da diversidade e das diferenças e não venceram o medo do enfrentamento do novo e do desconhecido. É preciso libertarse dos preconceitos, ter consciência que educar é um compromisso do Ser com o Ser; reconhecer o valor das diferenças e a riqueza que elas proporcionam ao desenvolvimento de cada um dos alunos e ao crescimento profissional dos educador,

Bem como, a formação continua de cada “futuro educador”, é de suma importância para que não seja mantida a ideia de “despreparo” diante dessas situações.

Aponta Grassi, “O movimento em defesa da educação inclusiva se caracteriza como uma ação política, social, econômica, cultural, histórica e pedagógica em defesa do direito de todos os seres humanos à educação de qualidade.”

Destaca Silva;

A Lei Federal Nº 11.502, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica, uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que estejam em exercícios nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo ampliar a oferta e melhorar a qualidade na formação dos professores.

Assim, capacitação vem ocorrendo de forma gradual, nos cursos de pedagogia e licenciaturas, onde os docentes são treinados e ensinados a trabalhar com alunos especiais.

### **Alunos especiais e formação docente: a construção da identidade e do pertencimento sob a visão do outro**

A questão da normalidade sempre esteve presente nas discussões acerca dos alunos especiais. Problematizar os processos de normalização e sua função de objetivação do sujeito moderno; refletir sobre as diferenças e as noções de inclusão e exclusão; discutir a instituição escolar a partir do par normal/anormal se tornou assunto comum no cotidiano escolar, sobretudo quando se trata de formação docente.

O aluno especial tido como “o outro”, um outro que causa medo, trazendo discussões sobre a alteridade e a normalização vem sendo tratado como um problema no que tange à formação docente. A educação especial segundo Silva 200, é antes de mais nada a fabricação de dispositivos que orientam a normalização, tornar o sujeito normal, colocar o sujeito na norma pois a medicina mais uma vez clausura os que não estão dentro dos padrões de normalidade.

Foucault com a ortopedia nos ajuda a organizar o pensamento sobre o que fizemos para corrigir, para aprisionar os ditos anormais. Como podemos pensar de modo não tão rígido ou ortopédico, mas pensar de modo a produzir subjetivação e alteridade nestes espaços que são ricos em aprendizagem e educação. Onde a identidade de cada um é respeitada e posta em lugar único “o seu” aquele que melhor lhe afetar, lhe produzir sentido.

Neste sentido a formação docente deve ir ao encontro de ferramentas que lhe auxiliem a aceitar a história de cada sujeito a fim de não homogeneizar os sujeitos naturalizando aquilo que está faltando em seus corpos, que não são padrões de normalidade, mas porque não os potencializar permitindo a sua constituição única e com o outro possibilite alteridade e que possam produzir sentidos naquele momento, com aqueles sujeitos.

Segundo, (Tomas, p.81), a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem

com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. (Tomas, p.97)

Levantar questões tão complexas nos faz pensar qual o papel do professor, qual a sua responsabilidade como pessoa, como ser, o que pode fazer para trabalhar a inclusão sem excluir e sim fazer parte positivamente sem agredir sem normatizar.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. Nos deparamos mais uma vez com o contraditório do eu “o outro”, que incomoda que é negativo, passivo de erros.

A educação especial conserva para si um olhar iluminista sobre a identidade da alteridade deficiente, isto é, vale-se das oposições de normalidade/anormalidade, de racionalidade/irracionalidade e de completude/incompletude como elementos centrais na produção de discursos práticas pedagógicas.

Vale lembrar que em tempos atuais muito se trabalha com o postulado de ideal, com imagens e representações de bom e de belo. Manifestamos pelo desejo (da falta) da completude, e com objetivos de busca da perfeição, fabricamos os dispositivos binários: normal/anormal, sanidade/loucura, excluído/incluído, na qual terão efeitos na vida individual e coletiva dos sujeitos. Impossível não pensar nos conceitos de biopoder e governamentalidade desenvolvidos por Foucault.

Foucault e os pós-estruturalistas nos convocam a ver o que vemos, ou dito de outro modo, dar visibilidade aquilo que vemos, na qual podemos tomar para cá, o discurso naturalizado em torno do normal, por exemplo. Desnaturalizar, duvidar, problematizar campos que até então tranquilos, tornar estranho o familiar será fundamental para podermos olhar com outras lentes a alteridade, para então experimentar tornarmos diferente do que somos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância do tema e das considerações, se vislumbra um avanço, mesmo que tímido em relação ao preparo dos novos docentes, por mais que seja, de extrema importância essa visão e aperfeiçoamento nas salas das Universidades de Licenciatura, não apenas nas especializações pós-graduação.

Desse modo como leciona, BORGES, 2012, p. 10; “de um modo geral, cabe aos envolvidos nessa prática inclusiva voltada para atender a diversidade, promover ações de aceitação, respeito, diálogo, cooperação, flexibilização tanto na adaptação curricular quanto na formação docente, ampla e contínua”. Assim, “deve-se investir na construção de uma escola com ambientes, ferramentas e recursos educacionais que rompam com a prática homogeneizadora de ensino e aprendizagem, produtoras de exclusões”. Indo muito além da prática mas na reflexão/ação em prol da educação com a diversidade de alunos que congrega uma sala de aula.

Assim, o presente trabalho buscou trazer luz a discussão desse tema tão fundamental na rotina da sala de aula e da escola, sabemos que, a discussão do tema inclusão e diversidade na escola não é fácil mas deve ser iniciado e enfrentado com coragem e muita reflexão. Destarte nosso ponto de vista sobre o tema, não se encerra por aqui e se exige mais aprofundamento em outras áreas.

## REFERÊNCIAS

**BORGES**, Adriana Costa. REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO, A DIVERSIDADE, O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. Disponível em :<



<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf> > Acesso em: 10abril de 2019.

**DUEK**, Viviane Preichardt. PROFESSORES DIANTE DA INCLUSÃO: SUPERANDO DESAFIOS. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/066.pdf> >

Acesso em: 10 abril 2019.

**FOUCAULT**, Micahel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio: Campinas Loyola, 1998a

**GRASSI**, Tânia Mara. A INCLUSÃO E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES: UMA

REFLEXÃO NECESSÁRIA. Disponível em

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>> Acesso em: 19 de junho de 2019.

**GONÇALVES**, Wellington. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n93/1809-4465-ensaio-24-93-0866.pdf>> Acesso em: 06 abril 2019.

**NACIMENTO**, Rosangela Pereira do. PREPARANDO PROFESSORES PARA PROMOVER A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. Disponível em:<

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>> Acesso em: 06 abril 2019.

**ROCHA**, Artur Batista de Oliveira. O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista->

[pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf](#) > Acesso em: 10 abril 2019.

**ROSA**, Kaira Barbosa da. OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO COMUM. Disponível em: <  
[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24453\\_11921.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24453_11921.pdf) > Acesso em: 10 abril 2019.

**SILVA**, Ana Paula Mesquita da. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Disponível em: <[http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf)>  
Acesso em: 06 de abril 2019.

**SILVA**, Odete Aparecida da. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONHECER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS PARA TRANSFORMAR. Disponível em:  
<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uenp\\_edespecial\\_artigo\\_odete\\_aparecida\\_da\\_silva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edespecial_artigo_odete_aparecida_da_silva.pdf)> Acesso em: 06 de abril 2019.

**SILVA**, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença.  
In: \_\_\_\_\_. (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.  
Petrópolis: Vozes, 2000.

**SILVA**, Tomaz Tadeu da. *O currículo com fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.  
\_\_\_\_\_. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**SILVA**, Tomaz Tadeu da (1997) Identidades Terminais: As transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petrópolis, Vozes.

**VELTRONE**, Aline Aparecida. DIRETRIZES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR. Disponível em: <  
[www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf](http://www.unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf) > Acesso em: 10 abril 2019.

